

ANÁLISE & DADOS

SOCIAL

O Cooperativismo na Educação

Cristina Campello *
Rachel Alexandrina Pimenta **

A privatização do ensino de primeiro e segundo graus no Brasil se iniciou, de fato, com a implantação do Regime Militar no País. A constituição de 1967 garantiu alguns privilégios às empresas de ensino particular, incentivando o seu crescimento, em todos os graus.

O surto de crescimento econômico do País no início da década de setenta favoreceu a procura por estas escolas, principalmente, por parte da classe média. Até então, esta frequentava as escolas públicas, onde o ensino era considerado de ótima qualidade. Não se cogitava em frequentar a escola particular, não só porque seu número era insuficiente para atender a demanda, constituída pela elite como também porque, afora as escolas religiosas, as demais eram consideradas em relação ao ensino, de baixa qualidade, onde as famílias ricas colocavam seus filhos apenas para passarem de ano. As chamadas escolas p.p. (pagou, passou).

Ao mesmo tempo em que crescia a qualidade das escolas particulares havia uma desvalorização da escola pública, com a deteriorização da qualidade do ensino e desqualificação contínua dos seus quadros docentes. E então, a situação se inverte. As escolas particulares passaram a ser consideradas aquelas onde era melhor a qualidade de ensino, e onde melhor se preparavam os jovens para o vestibular e para assumirem os melhores empregos da sociedade, perdendo os caracteres de elitismo, presente até então.

Estudar em escola particular, para a classe média, significava "status", privilégio de classe, sinônimo de alto poder aquisitivo ou de ascensão na escala social. A ideologia predo-

minante fez com que coexistissem duas vertentes. Uma para os ricos, encarregados de assumir o comando da sociedade e outra para os pobres, que deveriam ocupar os cargos subalternos, e mal remunerados do mercado de trabalho.

A crise econômica presente na sociedade brasileira, desde meados dos anos setenta, explicitada nos anos 80 e aprofundada a partir de 1990, trouxe algumas modificações nesta situação e implicou em profundas alterações neste quadro. A classe média foi perdendo seu poder aquisitivo e, hoje, frequentar uma escola particular, com seus constantes aumentos, passa a ser um grande sacrifício para este segmento social.

Diante desta situação a maioria da classe média confrontou-se com o dilema de colocar seus filhos na escola pública, ou criar uma nova alternativa educacional para os seus filhos. O ingresso na escola pública foi considerado indesejável por grande parte das famílias, que avaliaram o ensino público como de baixa qualidade e, também, porque vestir a camisa da escola pública seria uma demonstração de queda de "status", situação inaceitável para a maioria das pessoas desta classe. Além do mais, frequentar a escola pública é entendido, e com razão, como correr um sério risco de não galgar os melhores postos do mercado de trabalho, e sim fazer parte daquele segmento social ao qual estão destinados os empregos mal remunerados e pouco valorizados socialmente.

Em alguns estados do Brasil, o ingresso na escola pública foi menos traumático, porque esta não se encontrava tão degradada.

No entanto, na Bahia, isto não foi possível, dada a gravidade dos problemas neste setor, tanto de infra-estrutura física como de ordem pedagógica. Apesar dos poderes públicos terem reaparelhado e reequipado algumas escolas, ainda não houve uma preocupação em rever a educação em sua totalidade. Ou seja, cuidar das escolas desde o aspecto pedagógico, passando pela valorização do quadro funcional, até atingir o aluno, produto final do sistema.

Sabedora destas dificuldades e despreparada para exigir uma nova postura dos dirigentes da educação, a classe média, bastante individualista, se organizou para resolver o problema, esquecendo a escola pública como solução viável. Buscou-se uma solução alternativa que atendesse às necessidades de momento em termos sócio-econômicos e, ao mesmo tempo, preservasse a qualidade do ensino, mesmo sem nenhuma tradição nessa área.

Desse modo, surgiram as cooperativas de ensino na Bahia. De início o cooperativismo surgiu como uma reação aos problemas sócio-econômicos criados pela recessão brasileira.

Apesar da deficiência de informações e dados estatísticos, sabe-se que no Brasil, a experiência acumulada de cooperativismo no setor educacional é pouco significativa. A sua atuação até recentemente resumia-se a:

- cursos de pós-graduação ministrados regularmente em diversas instituições de terceiro grau, em vários estados, tais como: Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- cursos profissionalizantes a nível de 2º grau e
- cooperativas escolares em cursos de 1º e 2º graus.

Somente em poucos estados, seu funcionamento chega a ter expressão, assim mesmo no campo limitado do fornecimento de material escolar. No caso da Bahia esta prática encontra-se em extinção na rede pública, onde já teve momentos de bom desempenho, sendo desativadas, em virtude de mudanças políticas, remoção de professores, mudanças de diretores etc.

Ao contrário destas antigas práticas cooperativistas do País, os gestores das atuais cooperativas educacionais buscaram dar uma

resposta política e econômica a um dos problemas estruturais existentes na sociedade brasileira.

No entanto, uma rápida avaliação da experiência neste primeiro ano do "novo cooperativismo educacional" é bastante para indicar a magnitude deste desafio.

Segundo a OCEB (Organização de Cooperativas da Bahia), foram criadas em 1991, 26 cooperativas das quais, 19 localizadas em Salvador, atendendo uma clientela de aproximadamente 13.000 alunos. Há, ainda, uma possibilidade de crescimento em mais ou menos 30% em cada uma delas, constituída de outros jovens oriundos das escolas particulares.

As instalações físicas não são adequadas ao bom funcionamento de uma escola. De modo geral, são casas ou prédios alugados e adaptados, com salas pequenas, sem bibliotecas, laboratórios, áreas de lazer e de esportes. Algumas contam com recursos audiovisuais.

Considerando-se o primeiro ano de funcionamento, as cooperativas enfrentam problemas:

- de ordem financeira, por causa da inadimplência, à exceção da Satélite - composta por funcionários do Banco do Brasil.
- de entendimento da concepção do modelo cooperativista, por parte dos cooperados, cuja maioria tem como preocupação principal o valor da mensalidade e a aprovação dos filhos no final do ano letivo.
- de experiência (falta) dos idealizadores sobre a questão dos custos das escolas.
- de gerenciamento, decorrentes da inexperiência das cooperativas na área educacional.

Outro entrave observado, este de natureza microeducacional, é derivado de parte da clientela recebida pelas escolas cooperativadas. Já que se tratava de um projeto novo e algumas famílias não acreditam nele como realidade, optaram em matricular, nas cooperativas, em primeiro lugar os filhos repetentes e com problemas de ordem disciplinar, conforme depoimentos obtidos nas visitas realizadas pelas autoras em algumas cooperativas de Salvador. Juntando-se a isto os problemas administrativos, e os pedagógicos que têm interferido no processo ensino-aprendizagem.

De início o cooperativismo surgiu como uma reação aos problemas sócio-econômicos criados pela recessão brasileira.

Os gestores das atuais cooperativas educacionais buscaram dar uma resposta política e econômica a um dos problemas estruturais existentes na sociedade brasileira.

Quanto à questão dos valores das mensalidades, levantamento recente, divulgado pelo jornal A TARDE¹, revela que a proporção do aumento praticado pelas cooperativas no período de janeiro a novembro é superior ao da rede particular, chegando, em alguns cursos a representar 700% a 750% como os cursos de 5ª a 8ª séries, para uma inflação no mesmo período de 762,4% de acordo com o CEI.

No entanto, quando comparados os valores nominais das mensalidades, nota-se que as praticadas pelas cooperativas ainda são inferiores àquelas vigentes nas empresas.

A alternativa das cooperativas se defronta com alguns obstáculos para reduzir os valores das mensalidades a níveis suportáveis pelas famílias. Isto devido aos custos fixos como: salário de professores e aluguel.

Os salários dos professores pagos pelas cooperativas são mais ou menos semelhantes aos pagos pela maioria das escolas particulares, porque seguem o dissídio da categoria e como forma de garantir a qualidade do ensino. Já o aluguel, representa parcela significativa do custo das cooperativas, parcela esta, que não está presente nas planilhas de custos da maioria das empresas que funcionam em prédios próprios e de há muito quitados.

Desse modo, a diferença entre escola particular e cooperativa, corresponde quase que exclusivamente à margem de lucro das primeiras. Embora esta margem seja elevada, apenas a sua eliminação parece não está sendo suficiente para compensar a acentuada redução dos rendimentos das famílias de classe média, o que sugere, que ao menos para uma parcela destas famílias, a migração para a escola pública é apenas uma questão de tempo.

Isto não quer dizer que esteja de todo fracassada a tentativa de buscar uma saída alternativa para o problema da educação, embora ainda não existam elementos para avaliar de forma mais precisa os resultados dessa experiência no Estado da Bahia, não está descartada a possibilidade de, superados os obstáculos já citados e, se o cooperativismo

na área educacional vier a se constituir num modelo de cooperativa de serviço, diferente das cooperativas de produção, consumo e crédito, esta nova alternativa de escola apresenta um quadro satisfatório para algumas camadas das classes médias.

O que não poderá ocorrer como é de praxe no País, é que as cooperativas transformem-se em empresas privadas (cartéis) e cooperativas "elitizadas", nas mãos de grandes empresários da educação, integrando-se no modelo de produção capitalista vigente. Isto porque, para cumprir o papel esperado, eles não devem abrir mão da característica principal do cooperativismo que é a autogestão democrática, a favor de uma maioria, constituída de famílias de qualquer camada social.

O cooperativismo, segundo Heinz Stecher² tem grande possibilidade de dar certo quando o pré-requisito constitui a aceitação, por parte dos cooperativados e da sociedade, dessas experiências de economia popular, como laboratórios de uma alternativa econômica ao capitalismo vigente, baseadas no princípio de autogestão, democracia e solidariedade. No entanto, podem fracassar, quando permanecem presas ao nível de empreendimentos isolados e não conseguem abrir caminho para se espalhar pela sociedade e formar redes, que, por sua vez, logrem apoiar-se num movimento transformador de massas.

Notas

- (1) Jornal A TARDE - Cooperativas x Escolas particulares de 9-11-92. Segundo o levantamento citado anteriormente, em novembro de 1992, as mensalidades cobradas pelas cooperativas situavam-se entre 23% a 39% abaixo dos níveis praticados pelos estabelecimentos particulares, para o curso de 1º grau, da 5ª a 8ª série, entre 29% a 47% para o 1º e 2º colegial, chegando a uma diferença de até 58% para o 3º colegial em relação a rede particular. Mas o nível de empobrecimento da classe média é tão profundo, que mesmo com esta redução muitos assalariados não têm condições de arcar com as mensalidades das cooperativas.
- (2) STECHER, Heinz - Cooperativismo - Uma relação conflitiva entre o econômico e o político. Caderno do CEAS, n.138, mar/abr, 1992. pg. 67 a 79.

(*) Cristina Campello é socióloga e técnica do CEI

(**) Rachel Alexandrina Pimenta é técnica do CEI